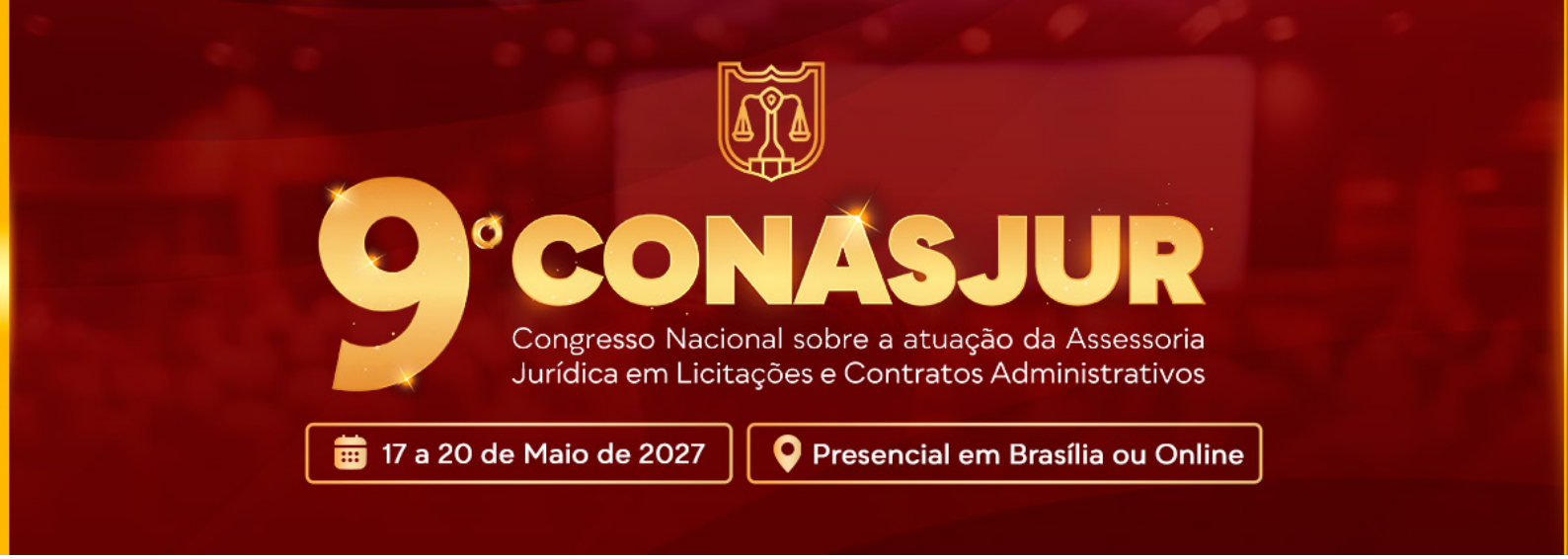
9° CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos

17 a 20 de Maio de 2027

Presencial em Brasília ou Online

inove



APRESENTAÇÃO

O 9º CONASJUR será um encontro dedicado ao aprofundamento técnico, à atualização profissional e ao debate dos principais desafios enfrentados pela assessoria jurídica na Administração Pública.

Em um cenário de constantes transformações legislativas, tecnológicas e institucionais, o congresso propõe uma abordagem prática e estratégica sobre a aplicação da Lei nº 14.133/2021, promovendo reflexões sobre segurança jurídica, inovação, governança e eficiência nas contratações públicas.

Ao longo de quatro dias de programação, os participantes terão acesso a conferências, painéis temáticos e oficinas especializadas, com discussões voltadas à realidade da atuação jurídica no setor público.

Entre os destaques estão os impactos da Reforma Tributária nos contratos administrativos, o uso da Inteligência Artificial na atividade jurídica, o Sistema de Compras Expressas (SICX), a pesquisa de preços, as contratações de tecnologia da informação, o reequilíbrio econômico-financeiro e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

As oficinas proporcionarão uma experiência de aprofundamento prático, permitindo que cada participante escolha os temas mais alinhados às suas necessidades profissionais e aos desafios de sua instituição.

Mais do que acompanhar as mudanças, é preciso estar preparado para interpretá-las e aplicá-las com segurança, responsabilidade e visão estratégica.

O 9º CONASJUR é uma oportunidade para ampliar conhecimentos, fortalecer a atuação da assessoria jurídica e contribuir para contratações públicas mais seguras, eficientes e alinhadas ao interesse público.

9º CONASJUR — Conhecimento jurídico, inovação e segurança para transformar a atuação pública.

DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL (COORDENADOR TÉCNICO)

Procurador Federal da Advocacia-Geral da União no Brasil (AGU), com atuação na consultoria e assessoramento de gestores federais nas áreas de contratações públicas e concessões de serviços públicos. Ocupou diversos cargos como o de Subprocurador-Geral na matéria administrativa na Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres, de Secretário de Coordenação de Transportes da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República do Brasil, Subprocurador-Geral Federal da Procuraria-Geral Federal e de Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil, entre outros. Atualmente ocupa o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (PFE-ANPD). É Mestre em Direito Público na Universidade Nova de Lisboa (Nova School of Law), especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera-Uniderp e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro – IDASAN, do Instituto Nacional da Contratação Pública – INCP, Coautor do livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Fórum, 2022) e Professor na área de licitações e contratos administrativos.

PROGRAMAÇÃO

PRIMEIRO DIA - 17/05/2027

8:00
CREDENCIAMENTO

9:00
ABERTURA SOLENE DO 9º CONASJUR

9:30
CONFERÊNCIA DE ABERTURA: A LEI Nº 14.133/2021 CONSOLIDADA: BALANÇO DA APLICAÇÃO, SEGURANÇA JURÍDICA E O PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA

10:30
COFFEE BREAK

11:00
PAINEL 1: REFORMA TRIBUTÁRIA E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: PANORAMA DA EC Nº 132/2023 E DA LC Nº 214/2025

12:30
INTERVALO PARA ALMOÇO

14:00
PAINEL 2: CONTRATAÇÕES INOVADORAS: O PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA NA SUPERAÇÃO DO MEDO DE INOVAR

15:30
COFFEE BREAK

16:00
PAINEL 3: SISTEMA DE COMPRAS EXPRESSAS (SICX): CREDENCIAMENTO COMPETITIVO, CONTRATAÇÃO SEM EDITAL E O PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA

17:30
SESSÃO DE PERGUNTAS

18:00
ENCERRAMENTO DO DIA

SEGUNDO DIA - 18/05/2027

08:00
OFICINA A1: REFORMA TRIBUTÁRIA E IMPACTOS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
OFICINA A2: ADAPTANDO O MODELO DE EDITAL DA AGU AO SEU CASO CONCRETO

12:00
ALMOÇO

13:30
OFICINA B1: ELABORAÇÃO DE AGENTES DE IA E O ASSESSOR JURÍDICO
OFICINA B2: QUESTÕES TRABALHISTAS, CONTA VINCULADA E CCT

17:00
ENCERRAMENTO DO DIA

PROGRAMAÇÃO

TERCEIRO DIA - 19/05/2027

08:30
OFICINA C1: PESQUISA DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO DIRETA: INSTRUÇÃO PROCESSUAL E PONTOS DE CONTROLE DA ANÁLISE JURÍDICA
OFICINA C2: CONTRATAÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SOLUÇÕES EM NUVEM

12:00
ALMOÇO

13:30
OFICINA D1: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E MATRIZ DE RISCOS
OFICINA D2: INTERFACE ENTRE A ASSESSORIA JURÍDICA, A INTEGRIDADE E A GOVERNANÇA (E CRIMES NAS LICITAÇÕES)

17:00
ENCERRAMENTO DO DIA

QUARTO DIA - 20/05/2027

08:30
MESA REDONDA DE DEVOLUTIVA DAS OFICINAS: APANHADO DAS DISCUSSÕES DOS BLOCOS A, B, C E D

10:00
COFFEE BREAK

10:30
PAINEL 4: JURISPRUDÊNCIA DO TCU EM LICITAÇÕES E CONTRATOS: PANORAMA ATUAL

12:00
SESSÃO DE PERGUNTAS

12:30
ALMOÇO

14:00
PAINEL 5: RESPONSABILIDADE DO ASSESSOR JURÍDICO: O ESTADO DA ARTE APÓS A LINDB E IA (TÍTULO PROVISÓRIO)

15:30
COFFEE BREAK

15:45
OBRAS PÚBLICAS NA LEI Nº 14.133/2021: CONTROVÉRSIAS E SOLUÇÕES PARA A ASSESSORIA JURÍDICA

17:45
ENCERRAMENTO DO 9º CONASJUR

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conferência de abertura: A Lei nº 14.133/2021 consolidada: balanço da aplicação, segurança jurídica e o papel da assessoria jurídica

Balanço dos primeiros anos de aplicação obrigatória da Lei nº 14.133/2021, com identificação dos pontos de consolidação e das controvérsias remanescentes na doutrina e na jurisprudência. Segurança jurídica nas contratações públicas e o papel estabilizador da função consultiva. Agenda regulamentar pendente e perspectivas de aperfeiçoamento legislativo. A conferência estabelece o fio condutor da 9ª edição: a passagem da fase de implantação da lei para a fase de refinamento técnico de sua aplicação

Painel 1: Reforma tributária e contratações públicas: panorama da EC nº 132/2023 e da LC nº 214/2025

Arquitetura da reforma tributária sobre o consumo: IBS, CBS e Imposto Seletivo. Regime de transição e seus marcos temporais. Efeitos da substituição tributária sobre a formação de preços nas propostas e sobre os contratos administrativos em curso. Imunidades e regimes diferenciados aplicáveis à Administração Pública. O painel oferece o panorama conceitual que prepara a discussão técnica aprofundada da Oficina A1.

Painel 2: Inteligência artificial na Administração Pública: regulação, responsabilidade e uso na função consultiva

Estado atual da regulação da inteligência artificial no Brasil e seus reflexos sobre o setor público. Governança do uso de IA por órgãos e entidades: supervisão humana, transparência algorítmica e proteção de dados. Responsabilidade do agente público pelo uso de ferramentas de IA na instrução processual e na atividade consultiva. O painel antecede a Oficina B1, voltada à construção prática de agentes de IA.

Painel 3: Terceirização: responsabilidade da Administração, encargos trabalhistas e jurisprudência do TST e do STF

Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas de contratadas: o Tema 246 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal e a evolução da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. Dever de fiscalização e sua comprovação. Instrumentos preventivos: garantias, retenções e conta-depósito vinculada. O painel oferece a moldura jurisprudencial que prepara a Oficina B2.

Mesa redonda de devolutiva das oficinas: apanhado das discussões dos Blocos A, B e C

Mesa redonda que abre o terceiro dia devolvendo ao plenário o conteúdo do dia de oficinas. Cada oficina apresenta, por seu docente ou relator, síntese das principais controvérsias suscitadas e das conclusões alcançadas na turma, seguindo-se debate cruzado sobre os pontos de contato entre os nove temas e sessão de perguntas do plenário. A mesa assegura que todos os participantes tenham acesso ao essencial das discussões travadas nas oficinas que não puderam frequentar.

Painel 4: Jurisprudência do TCU em licitações e contratos: panorama atual

Panorama das deliberações recentes do Tribunal de Contas da União em matéria de licitações e contratos administrativos: credenciamento, sistema de registro de preços, contratação direta, sanções e reequilíbrio econômico-financeiro. Tendências do controle externo na fiscalização da Lei nº 14.133/2021 e o diálogo com a função consultiva da advocacia pública.

Painel 5: Responsabilidade do assessor jurídico: o estado da arte após a LINDB

Evolução da interpretação do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e do

conceito de erro grosseiro na jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal. Distinção entre orientação técnica e decisão administrativa. Natureza vinculante ou opinativa do parecer e seus reflexos sobre a responsabilização. Salvaguardas institucionais e boas práticas de redação de manifestações jurídicas em cenários de incerteza.

Mesa de encerramento: Grandes controvérsias da Lei nº 14.133/2021: a agenda dos próximos anos
Mesa de alto nível dedicada às controvérsias estruturais da Lei nº 14.133/2021 ainda pendentes de pacificação: nulidades e seus efeitos, alocação de riscos, limites da vinculação ao edital, contratação integrada e diálogo competitivo. Prospecção da agenda doutrinária, jurisprudencial e legislativa dos próximos anos.

Oficina A1: Reforma tributária e impactos nos contratos administrativos
Aplicação da EC nº 132/2023 e da LC nº 214/2025 aos contratos administrativos em curso e às novas contratações. O art. 134 da Lei nº 14.133/2021 e a alteração dos preços contratados em razão da criação, alteração ou extinção de tributos. Recomposição de planilhas de custos diante da substituição gradual dos tributos sobre o consumo por IBS e CBS. Reflexos do regime de transição sobre cláusulas de reajuste, repactuação e revisão. Atividade prática: análise de pedidos simulados de revisão contratual por impacto tributário e elaboração de roteiro de manifestação jurídica.

Oficina A2: Adaptando o modelo de edital da AGU ao seu caso concreto
Natureza, função e limites dos modelos de minutas da Advocacia-Geral da União. Distinção entre cláusulas de adoção obrigatória, cláusulas facultativas e campos de preenchimento. Leitura e aproveitamento das notas explicativas. Justificativa técnica e jurídica das adaptações e seu registro nos autos. Erros recorrentes na customização de minutas e seus reflexos no controle. Atividade prática: adaptação de minuta-modelo a hipóteses concretas de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, soluções de tecnologia da informação e obras.

Oficina A3: Pesquisa de preços e definição do valor estimado: análise jurídica
Parâmetros normativos da pesquisa de preços e a formação da cesta de preços aceitáveis. Tratamento de valores discrepantes e memória de cálculo. Sobrepreço, superfaturamento e inexequibilidade: conceitos e critérios de aferição. O alcance da análise jurídica sobre a instrução da pesquisa de preços: o que verificar e o que não compete ao parecerista. Exame de casos apreciados pelo Tribunal de Contas da União e exercício de verificação de instruções processuais simuladas.

Oficina B1: Elaboração de agentes de IA e o assessor jurídico
Conceito de agentes de inteligência artificial e sua distinção em relação ao uso convencional de ferramentas generativas. Desenho de fluxos de trabalho jurídicos automatizáveis: triagem de processos, conferência de listas de verificação, exame preliminar de minutas e apoio à redação de manifestações. Engenharia de instruções e construção guiada de um agente aplicado à atividade consultiva. Limites éticos, sigilo, proteção de dados e supervisão humana obrigatória. Responsabilidade do assessor pelo conteúdo produzido com apoio de IA. Oficina de natureza prática, com construção assistida de um agente durante a sessão.

Oficina B2: Questões trabalhistas, conta vinculada e CCT
Encargos trabalhistas nos contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra. Conta-depósito vinculada e pagamento pelo fato gerador: funcionamento, liberação de valores e controvérsias operacionais. Convenções e acordos coletivos de trabalho: reflexos sobre a formação de preços, a repactuação e os limites de exigências editalícias vinculadas a instrumentos coletivos.

Fiscalização administrativa e prevenção da responsabilidade subsidiária. Atividade prática: análise de pedidos de repactuação fundados em CCT e de incidentes de liberação de conta vinculada.

Oficina B3: Contratação direta: instrução processual e pontos de controle
Dispensa e inexigibilidade de licitação na Lei nº 14.133/2021: hipóteses, requisitos e instrução do processo de contratação direta. Justificativa de preço e razão da escolha do contratado. Credenciamento e demais procedimentos auxiliares em sua interface com a contratação direta. Responsabilidade dos agentes na contratação direta indevida. Pontos de controle da análise jurídica e exame de instruções processuais simuladas.

Oficina C1: Interface entre a assessoria jurídica, a integridade e a governança (e crimes nas licitações)
Posição da assessoria jurídica na arquitetura de governança das contratações: articulação com gestão de riscos, controle interno e programas de integridade. Exigência de programa de integridade do contratado e sua verificação. Crimes em licitações e contratos administrativos (arts. 337-E a 337-P do Código Penal): tipos penais, sujeitos e interseção com a atuação consultiva. Conduta da assessoria diante de indícios de fraude, conluio ou direcionamento: deveres de comunicação e protocolos de atuação. Estudo de casos com construção de fluxos de encaminhamento.

Oficina C2: Reequilíbrio econômico-financeiro e matriz de riscos
Equação econômico-financeira do contrato e distinção entre álea ordinária e extraordinária. A matriz de alocação de riscos como filtro dos pedidos de reequilíbrio. Instrução do pedido: documentação necessária, demonstração do desequilíbrio e métodos de recomposição. Reajuste, repactuação e revisão: regimes, cumulação e marcos temporais. Atividade prática: análise de pedidos simulados de reequilíbrio à luz de diferentes matrizes de risco.

Oficina C3: Contratações de tecnologia da informação e soluções em nuvem
Particularidades das contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação: planejamento, modelos de remuneração por resultados e métricas de nível de serviço. Contratação de serviços de computação em nuvem: jurisdição sobre dados, segurança da

PROGRAMAÇÃO GERAL

Presencial em Brasília ou Online	17 a 20 de Maio de 2027	das 8:00 ás 18:00 (horário de Brasília)	24 horas de capacitação

NÃO PERCA MAIS TEMPO GARANTA JÁ! SUA VAGA NO 9°CONASJUR

Entre em contato conosco e conheça nossos planos diferenciados para maior número de acessos

Modalidade Presencial

R$7.190,00

por pessoa

INCLUSO NESTE PACOTE

Material didático exclusivo Inove
Material complementar dos palestrantes
Certificado de capacitação profissional
3 almoços e 5 coffee breaks
Kit de higiene personalizado
Kit Inove com mochila e squeeze

NÃO PERCA MAIS TEMPO GARANTA JÁ! SUA VAGA NO 9°CONASJUR

Entre em contato conosco e conheça nossos planos diferenciados para maior número de acessos

Modalidade Online

R$4.990,00

por pessoa

INCLUSO NESTE PACOTE

Apostila digital com o conteúdo ministrado, certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional digital e Possibilidade de rever as aulas gravadas por 30 dias.

LOCAL DO EVENTO

BRASÍLIA IMPERIAL HOTEL

Endereço: St. Hoteleiro Sul Q. 3 - Asa Sul, Brasília - DF, 70313-000

PAGAMENTO

O respectivo pagamento será realizado em nome de **INOVE TREINAMENTOS E CAPACITACAO LTDA** com o **CNPJ nº 50.088.618/0001-23**

Itaú
Agência: 5650
C/C: 99008-7

Bradesco
Agência: 2810
C/C: 42345-9

*** Condições:** O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 05 dias úteis antes da data de realização do curso, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Inove Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente. A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.